

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016**

O **Município de Salto**, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.507/0001-06, sita a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado pelo **Secretário de Saúde**, o Sr. **Daniel Paulino Evangelista**, brasileiro, casado, portador do RG: 13.311.414-4 e CPF: 065.696.238-00, com fulcro do Decreto Municipal nº 08/2001, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu estatuto social, em ordem de classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis Federais 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 40/2011, bem como do edital de Pregão Presencial Nº 07/2016 nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA:**

**CIRURGICA UNIÃO LTDA**

Endereço: Avenida 28 A, 645, Vila Alemã, na Cidade de Rio Claro/SP, CEP 13.506-685

CNPJ: 04.063.331/0001-21

Inscrição Estadual: 587.122.394.114

Telefone/e-mail: (19) 3533-7000 – email: vendas@cirurgicauniao.com.br

Representante Legal: Sergio Eduardo Guerra da Silva Junior, brasileiro, solteiro, sócio-gerente, portador do RG nº 32.435.094-6 SSP/SP e do CPF nº 219.763.728-28

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Registro de Preços, com cota para ME e EPP, para aquisição de medicamentos e materiais veterinários, destinados ao programa de controle reprodutivo de cães e gatos, para as Campanhas de Castração, conforme previsto na Lei 12.916/2008 do Estado de São Paulo e Portaria 1138/2014 do Ministério da Saúde, a cargo da Secretaria de Saúde, conforme descritivo abaixo:

ITEM	PRINCIPIO ATIVO	APRES.	ESTIMATIVA ANUAL	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL DO ÍTEM
43	Espadrappo 10x4,5cm – rolo	rolo	56	MISSNER	R\$ 6,960	R\$ 389,760
44	Scalp nº 21 – unidade	unidade	695	VITAL GOLD	R\$ 0,570	R\$ 396,150
45	Scalp nº 23 -unidade	unidade	695	VITAL GOLD	R\$ 0,570	R\$ 396,150
51	Seringa 3ml (com rosca) – unidade	unidade	14.836	INJEX	R\$ 0,178	R\$ 2.640,808
53	Seringa 10ml – unidade	unidade	556	INJEX	R\$ 0,295	R\$ 164,020
59	Luva procedimento T – M – cx com 100 unid	caixa com 100 unidades	42	DESCARPACK	R\$ 17,380	R\$ 729,960
60	Luva procedimento T- G – cx com 100 unid	caixa com 100 unidades	74	DESCARPACK	R\$ 17,380	R\$ 1.286,120

62	Gaze Hidrófila 13 fios – pacote com 500 unid	caixa com 500 unidades	250	KARINA	R\$ 20,000	R\$ 5.000,00
63	Touca c/ elástico descartável – pacote c/ 100 unid	caixa com 100 unidades	12	HN DESC	R\$ 9,600	R\$ 115,200
64	Máscara descartável – cx com 100 unid	caixa com 100 unidades	12	INNOVA	R\$ 9,200	R\$ 110,400
66	Caixa Perfuro cortante – 13 litros	13 litros	94	SAFPACK	R\$ 5,800	R\$ 545,200
68	Fio sutura nylon 2.0 – unid	unidade	904	SHALON	R\$ 2,083	R\$ 1.883,032
69	Fio sutura nylon 0 – unid	unidade	904	SHALON	R\$ 1,653	R\$ 1.494,312
72	Álcool 70% - litro	litro	68	TUPI	R\$ 5,233	R\$ 355,844
73	Álcool iodado 2% - litro	litro	53	RIOQUIMICA	R\$ 13,410	R\$ 710,730
<b>Valor Global:</b>						<b>R\$ 16.217,686</b>

**Parágrafo Primeiro:** A existência dos preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à DETENTORA da Ata de Registro de Preços, preferência quando em igualdade de condições.

**Parágrafo Segundo:** Quando a Ata de Registro de Preços for utilizada, o Gestor – Secretaria de Saúde, fica obrigado a verificar se a contratação atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

**2.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração do objeto da Ata, poderá ser repactuado o preço registrado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico.

**2.2.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

**2.3.** Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha(s) detalhada(s) de custos, acompanhada(s) de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais e/ou matérias-primas, etc.

### CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PRAZO E ENTREGA

3.1. A quantidade e periodicidade dos pedidos ficarão a critério exclusivo da Municipalidade e serão de acordo com a sua necessidade.

3.2. As entregas deverão ser efetuadas em Salto/SP, no Almoxarifado da Farmácia, sito à Rua General Glicério, nº 900, Jardim Henrique – CEP: 13.322-070 – Salto/SP, no horário das 7h às 15h30min.

3.3. As entregas dos medicamentos não poderão sofrer atrasos, devendo ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após o pedido e recebimento da Nota de Empenho através da Secretaria da Saúde, através do funcionário responsável.

3.4. Deverá constar obrigatoriamente na embalagem do produto o prazo de validade do medicamento, que não deve ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos, e ainda, mencionar a expressão: **“Venda Proibida ao Comércio”**, conforme Portaria 2.814/98 de 29 de maio de 1998.

3.5. O prazo de validade dos produtos não deve ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de entrega dos produtos.

3.6. Não serão admitidas entregas condicionadas a faturamento mínimo.

3.7. Caso ocorra fornecimento incompatível com o solicitado pelo Município, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos nos medicamentos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), os mesmos serão recusados/devolvidos, devendo ser repostos imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas no item 13 desta Ata de Registro de Preços.

3.8. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

3.9. Os medicamentos deverão ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigidas em rótulo, e com o número de registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.

3.10. Todos os medicamentos devem ter constado nos rótulos e bulas, todas as informações e língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data da fabricação, data da validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

3.11. Todas as embalagens deverão apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número de inscrição no Conselho Regional de

Farmácia (CRF). O registro deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em 10 (dez) dias, descontada a dezena (a ser contada da data de recebimento pela Secretaria de Finanças), após efetiva prestação dos serviços e posterior conferência dos relatórios com guias anexas e apresentação da Nota Fiscal pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

5.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.3. A DETENTORA quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 07/2016, Ata de Registro de Preços n.º 23/2016.

5.4. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a DETENTORA deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

5.5. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à DETENTORA, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.6. Excepcionalmente poderá ser restabelecido o reequilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços, desde que formalmente requerido e comprovado de maneira inequívoca a real ocorrência, de acordo com o artigo 65, inciso II, “d” da lei Federal n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As verbas para pagamento, do objeto da presente Ata de Registro de Preços, estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de n.ºs

02.08.339030.10.305.0205.2.050.01.310000	(dotação	137),
02.08.339030.10.304.0205.2.050.01.310000	(dotação	151),
02.08.339030.10.304.0205.2.050.05.300004	(dotação	152),
02.08.339032.10.303.0205.2.350.01.310000	(dotação	180) e
02.08.339030.10.305.0205.2.050.05.300004	(dotação 587)	da Secretaria de Saúde e serão de responsabilidade do Município de Salto.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

7.1. Fornecer, nas condições previstas no Edital do Pregão nº 07/2016 e nesta Ata de Registro de Preços, os produtos objeto deste ajuste.

7.2. Substituir, no local de entrega e no prazo ajustado, após notificação, o(s) produto(s) recusado.

7.3. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga.

7.4. Manter-se durante toda a vigência desta Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 07/2016.

### **CLAUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

8.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

8.2. Indicar funcionário responsável pelo acompanhamento desta Ata de Registro de Preços.

8.3. Permitir o acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega.

8.4. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos materiais.

8.5. Verificar se a contratação através da Ata de Registro de Preços atende ao interesse público, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Gerenciador, eventual desvantagem quanto à sua utilização.

### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES**

9.1. Aplicam-se, no que couber, às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

9.2. A DETENTORA da Ata de Registro de Preços que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à DETENTORA garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

9.4. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a DETENTORA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação;

- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.5. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

9.6. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a DETENTORA vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1<sup>o</sup> (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.7. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à DETENTORA, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, a Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 07/2016 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA.

10.2. A DETENTORA será responsável por todo e qualquer dano a que der causa, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a outrem.

10.3. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a firmar as contratações que deles poderão advir.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO**

**11.1.** O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o da Comarca de Salto.

Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e de acordo, vai assinada pelas partes.

Município de Salto/SP, 26 de fevereiro de 2016.



Daniel Paulino Evangelista  
Secretário Municipal de Saúde  
*Órgão Gerenciador*



CIRURGICA UNIÃO LTDA  
*Detentora*

Testemunhas:



1- Mauro Takanori Okumura



2- Tatiane Cristina Semmler

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS**

**ORGÃO GERENCIADOR:** Município de Salto

**DETENTORA:** Cirúrgica União Ltda

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (DE ORIGEM):** 23/2016.

**OBJETO:** aquisição de medicamentos e materiais veterinários, destinados ao programa de controle reprodutivo de cães e gatos, para as Campanhas de Castração.

Na qualidade de *Órgão Gerenciador e Detentora*, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Executivo I, parte do Diário do Municípios, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Município de Salto/SP, 26 de fevereiro de 2016.

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Nome e cargo: Daniel Paulino Hvangalista / Secretário Municipal de Saúde

E-mail institucional: [secretario.saude@salto.sp.gov.br](mailto:secretario.saude@salto.sp.gov.br)

E-mail pessoal: [danielsalto@uol.com.br](mailto:danielsalto@uol.com.br)

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DETENTORA**

Nome e cargo: Sergio Eduardo Guerra da Silva Junior/ Sócio-gerente

E-mail institucional: [juniord@cirurgicauniao.com.br](mailto:juniord@cirurgicauniao.com.br)

E-mail pessoal: [sergioguerra81@gmail.com](mailto:sergioguerra81@gmail.com)

Assinatura: \_\_\_\_\_